



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 200, DE 2026

Requer informações à Senhora Macaé Evaristo, Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, sobre políticas públicas de prevenção à violência sexual e simbólica envolvendo jovens em contextos educacionais.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, informações acerca de políticas públicas de prevenção à violência sexual e simbólica envolvendo jovens em contextos educacionais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, informações acerca de políticas públicas de prevenção à violência sexual e simbólica envolvendo jovens em contextos educacionais.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais programas nacionais são desenvolvidos para prevenção da violência sexual entre jovens?
2. Existem campanhas educativas sobre cultura do consentimento e proteção da dignidade humana em ambientes educacionais?
3. O Ministério mantém observatórios ou sistemas de monitoramento sobre violência envolvendo estudantes?
4. Encaminhar relatórios e dados consolidados dos últimos cinco anos.

5. Diante de episódios recentes envolvendo violência coletiva entre adolescentes e banalização simbólica de crimes sexuais, quais providências institucionais foram adotadas?
6. Houve articulação com conselhos tutelares, rede socioassistencial ou órgãos de segurança pública?
7. Há previsão de novas campanhas ou medidas estruturantes?

JUSTIFICAÇÃO

A proteção de crianças, adolescentes e jovens contra qualquer forma de violência constitui dever do Estado e prioridade absoluta prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A repercussão recente de episódios envolvendo estudantes em contextos de violência coletiva e práticas abusivas evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de prevenção e proteção.

Nesse cenário, torna-se essencial acompanhar a atuação institucional do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania na articulação da rede nacional de enfrentamento à violência e na promoção de campanhas educativas voltadas ao público juvenil.

Sala das Sessões, 13 de março de 2026.

Senadora Damares Alves